Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 146: FALTA GRAVE EM EXECUÇÃO PENAL - IV 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 146 Brasília, 17 de abril de 2020

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 14/04/2020.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 146: FALTA GRAVE EM EXECUÇÃO PENAL - IV

1. É necessária a individualização da conduta para reconhecimento de falta grave praticada pelo apenado em autoria coletiva, não se admitindo a sanção coletiva a todos os participantes indistintamente.

Julgados: AgRg no HC 557417/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 23/03/2020; AgRg no HC 550514/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 05/03/2020; AgRg no HC 534689/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 21/02/2020; AgRg no HC 532071/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 12/11/2019; HC 464470/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 23/10/2018; AgRg no HC 408879/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 16/04/2018; AgRg no HC 397260/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 14/03/2018; AgRg no HC 405985/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 11/10/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 496) (Vide Legislação Aplicada LEI 7.210/1984 - LEP - Art. 45)

2. A imposição da falta grave ao executado em razão de conduta praticada por terceiro, quando não comprovada a autoria do reeducando, viola o princípio constitucional da intranscendência (art. 5º, XLV, da Constituição Federal).

Julgados: AgRg no HC 510838/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 03/09/2019; HC 399047/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 15/08/2017; HC 372850/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 25/04/2017; HC 314061/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 13/10/2016; HC 361984/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 26/08/2016; HC 340501/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 24/06/2016;

3. A desobediência aos agentes penitenciários configura falta de natureza grave, a teor da combinação entre os art. 50, VI, e art. 39, II e V, da Lei de Execuções Penais.

Julgados: AgRg no HC 550207/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 28/02/2020; AgRg no HC 516423/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 17/12/2019; AgRg no HC 510452/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 08/11/2019; HC 493065/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 22/04/2019; AgRg no HC 438399/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 03/09/2018; HC 434577/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 01/08/2018;

(Vide Pesquisa Pronta) (Vide Legislação Aplicada LEI 7.210/1984 - LEP - Art. 50)

4. A inobservância do perímetro estabelecido para monitoramento de tornozeleira eletrônica configura falta disciplinar de natureza grave, nos termos dos art. 50, VI, e art. 39, V, da LEP.

Julgados: AgRg no HC 537620/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 13/12/2019; AgRg no HC 474327/TO, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/03/2019; HC 462719/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 24/10/2018; HC 438756/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 11/06/2018; HC 520377/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, publicado em 18/02/2020; REsp 1853196/RS (decisão monocrática), Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, publicado em 13/02/2020;

(Vide Pesquisa Pronta) (Vide Legislação Aplicada LEI 7.210/1984 - LEP - Art. 50)

5. A utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria suficiente configura falta disciplinar de natureza grave, nos termos dos art. 50, VI, e art. 39, V, da LEP.

Julgados: AgRg no REsp 1766006/TO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 19/12/2018; HC 342466/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 14/06/2016; REsp 1861590/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, publicado em 11/03/2020; REsp 1848164/RS (decisão monocrática), Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, publicado em 03/02/2020; AREsp 1569684/TO (decisão monocrática), Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, publicado em 19/11/2019; REsp 1789419/RO (decisão monocrática), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, publicado em 30/10/2019;

(Vide Legislação Aplicada LEI 7.210/1984 - LEP - Art. 50)

6. O rompimento da tornozeleira eletrônica configura falta disciplinar de natureza grave, a teor dos art. 50, VI e art. 146-C da Lei n. 7.210/1989 - LEP.

Julgados: HC 527117/RS, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 10/12/2019; HC 465565/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 02/10/2018; HC 460440/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 25/09/2018; AgRg no AREsp 708127/RO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 06/04/2017; HC 364261/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 15/02/2017; HC 304614/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 03/05/2016;

(Vide Pesquisa Pronta) (Vide Legislação Aplicada LEI 7.210/1984 - LEP - Art. 50 e Lei 7.210/1984 - LEP - Art. 146-C)

7. A fuga configura falta grave de natureza permanente, porquanto o ato de indisciplina se prolonga no tempo, até a recaptura do apenado.

Julgados: HC 527625/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 26/11/2019; AgRg no REsp 1781494/CE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 11/11/2019; AgRg no HC 463077/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 18/06/2019; HC 490653/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 08/04/2019; AgRg no AREsp 1201036/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 03/04/2018; AgInt no AgRg no AREsp 958602/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 16/02/2017;

8. O marco inicial da prescrição para apuração da falta grave em caso de fuga é o dia da recaptura do foragido.

Julgados: HC 527625/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 26/11/2019; AgRg no REsp 1781494/CE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 11/11/2019; HC 490653/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 08/04/2019; AgInt no HC 457047/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 22/02/2019; HC 362895/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 22/02/2017; HC 324299/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 10/09/2015;

9. A falta grave pode ser utilizada a fim de verificar o cumprimento do requisito subjetivo necessário para a concessão de benefícios da execução penal.

Julgados: AgRg no HC 554100/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 18/03/2020; HC 554833/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 16/03/2020; AgRg no HC 552895/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 26/02/2020; HC 487885/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 15/02/2019; AgRg no HC 414487/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 24/11/2017; HC 183573/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe 09/03/2011;

10. A prática de falta grave no curso da execução penal constitui fundamento idôneo para negar a progressão de regime, ante a ausência de preenchimento do requisito subjetivo.

Julgados: AgRg no HC 554100/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 18/03/2020; AgRg no HC 545048/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 05/03/2020; AgRg no HC 550407/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 27/02/2020; AgRg no HC 529214/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 16/12/2019; AgRg no HC 536197/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 03/12/2019; AgRg no HC 518057/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 10/10/2019;

(Vide Legislação Aplicada Lei 7.210/1984 - LEP - Art. 112 § 1º)

11. O cometimento de falta disciplinar de natureza grave no curso da execução penal justifica a exigência de exame criminológico para fins de progressão de regime.

Julgados: HC 556422/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 23/03/2020; AgRg no HC 549018/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 19/02/2020; HC 519383/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 25/09/2019; HC 503913/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 11/06/2019; HC 457713/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 26/10/2018; AgRg no HC 403812/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 04/10/2017;

(Vide Súmula Anotada N. 439/STJ)

12. Os efeitos da prática de outra infração penal, no curso do livramento condicional, submetem-se às regras próprias deste benefício e, portanto, não se confundem com os consectários legais da falta grave.

Julgados: AgRg no REsp 1794850/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 23/08/2019; HC 479923/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 07/03/2019; AgRg no HC 344486/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 13/03/2018; HC 376104/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 23/02/2017; AgRg no REsp 1537149/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 10/02/2016; HC 564807/MG (decisão monocrática), Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, publicado em 09/03/2020;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 539) (Vide Legislação Aplicada LEI 7.210/1984 - LEP - Art. 142 e DECRETO-LEI 2.848/1940 - CÓDIGO PENAL PARTE GERAL - Art. 88)

13. A falta disciplinar grave impede a concessão do livramento condicional, por evidenciar a ausência do requisito subjetivo relativo ao comportamento satisfatório durante o resgate da pena, nos termos do art. 83, III, do Código Penal - CP.

Julgados: HC 554833/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 16/03/2020; AgRg no HC 545427/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 19/12/2019; RHC 119928/RJ, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 13/12/2019; AgRg no HC 536450/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 13/12/2019; AgRg no HC 533069/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 30/10/2019; AgRg no AREsp 1467632/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 08/10/2019; AgRg no HC 506776/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 10/09/2019;

(Vide Legislação Aplicada DECRETO-LEI 2.848/1940 - CÓDIGO PENAL PARTE GERAL - Art. 83)

14. O cometimento de falta grave é motivo idôneo para o indeferimento do benefício da saída temporária, por ausência de preenchimento do requisito subjetivo.

Julgados: HC 514230/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 24/09/2019; HC 487885/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 15/02/2019; HC 389302/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 25/05/2017; HC 519849/SC (decisão monocrática), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, publicado em 25/09/2019; HC 506434/DF (decisão monocrática), Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, publicado em 04/09/2019; HC 521148/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, publicado em 26/08/2019;

15. A falta grave disciplinar deve ser sopesada pelo órgão jurisdicional na análise do requisito subjetivo para fins de concessão de trabalho externo, nos termos do art. 37 da LEP.

Julgados: AgRg no REsp 1659676/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 19/12/2017; AgInt no AREsp 881688/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 01/08/2017; HC 327233/RS, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe 28/10/2015;

(Vide Legislação Aplicada LEI 7.210/1984 - LEP - Art. 37)

16. Consoante previsão dos art. 50, VI, e art. 39, V, da LEP, configura falta grave a recusa pelo condenado à execução de trabalho interno regularmente determinado pelo agente público competente, não havendo que se confundir o dever de trabalho, referendado pela Convenção Americana de Direitos Humanos (art. 6º), com a pena de trabalho forçado, vedada pela Constituição Federal - art. 5º, XLVIII, c.

Julgados: AgRg no HC 429608/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 27/04/2018; HC 264989/SP, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe 19/08/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 567)

17. A falta disciplinar de natureza grave praticada no período estabelecido pelos decretos presidenciais que tratam de benefícios executórios impede a concessão de indulto ou de comutação da pena, ainda que a penalidade tenha sido homologada após a publicação das normas.

Julgados: HC 496728/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 06/05/2019; AgRg no AREsp 1374816/ES, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 15/02/2019; AgRg no REsp 1648321/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 19/09/2018; EREsp 1477886/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 17/08/2018; HC 417676/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 01/06/2018; AgRg no HC 409517/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 14/03/2018;

18. A prática de falta grave durante a execução permite a regressão de regime de pena per saltum (art. 118, I, da LEP), sendo desnecessária a observância da forma progressiva estabelecida no art. 112 da mesma lei.

Julgados: AgRg no REsp 1773347/RO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2018; AgRg no HC 471732/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 08/11/2018; AgRg nos EDcl no REsp 1703504/RO, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 04/06/2018; AgInt no REsp 1632060/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; AgRg no REsp 1575529/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 17/06/2016; HC 556604/SC (decisão monocrática), Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, publicado em 12/03/2020; HC 511776/RS (decisão monocrática), Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, publicado em 11/02/2020;

(Vide Legislação Aplicada Lei 7.210/1984 - LEP - Art. 118)